

A MEMÓRIA DA CONSTRUÇÃO E CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA: a greve dos operários da construção civil de Belo Horizonte em 1979 *.

Ricardo Cordeiro de Oliveira **

Neste artigo, procuro examinar a construção da memória de um grupo de trabalhadores da construção civil da cidade de Belo Horizonte, tendo como centro a sua participação na greve deflagrada pela categoria em 1979, em um movimento que se tornou um marco para o sindicalismo mineiro. Trabalho com os seguintes objetivos: 1) pretendo analisar as imbricações da mobilização grevista para a constituição da “identidade operária” desse grupo; 2) relacionar a greve à conjuntura político-econômico e social brasileira do final da década de 1970; 3) busco reconstituir brevemente o dia-a-dia da paralisação dos operários da construção civil por intermédio dos relatos dos entrevistados e por meio dos registros jornalísticos e 4) analisar o trabalho de memória do grupo e os quadros sociais, como a família, a classe social, o grupo religioso, etc.

O referencial de análise utilizado é a memória, na sua face social. Para tanto, lanço mão das obras de Maurice Halbwachs e Michael Pollak. Metodologicamente, recorro à história oral. Entrevistei até o momento sete trabalhadores que participaram da mobilização. A realização das entrevistas desenvolveu-se durante os anos de 2004 e o primeiro semestre de 2005. Elas aconteceram na sede do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de Belo Horizonte (STIC-BH), na escola do Sindicato e nos canteiros de obras abertos na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Também lanço mão do acervo do jornal “Estado de Minas”, onde pesquisei registros jornalísticos sobre a greve de 1979. No Sindicato, consultei os informativos da categoria da construção civil dos anos de 2003 e 2004 e uma pasta que contém vários recortes de jornais e fotografias daquele evento.

A greve dos trabalhadores da construção civil de Belo Horizonte, do ponto de vista histórico, está inserida dentro da “onda grevista” dos trabalhadores brasileiros que provocou

uma reviravolta no mundo do trabalho no triênio 1978-80. O núcleo dessa grande agitação iniciou-se na região paulista do ABC, espalhando-se posteriormente para o resto do país. Em que pese as vigorosas restrições ao exercício de greve vigentes durante a ditadura militar, os trabalhadores reconquistaram-no por meio de suas próprias lutas. Por intermédio da atividade grevista, eles lutavam contra a restritiva legislação sindical e trabalhista, a superexploração do arrocho salarial, o aumento do desemprego da política econômica do governo militar. Em síntese, os trabalhadores brasileiros - que foram os responsáveis pelo vertiginoso crescimento econômico brasileiro, conhecido como “milagre brasileiro” – recusavam-se a aceitar, no final da década de 1970, o ônus da diminuição desse crescimento¹.

A CONSTRUÇÃO DA MOBILIZAÇÃO: a greve dos operários da construção civil de Belo Horizonte em 1979.

Entre os dias 30 de julho e 03 de agosto de 1979, os operários da construção civil de Belo Horizonte cruzaram os braços, reivindicando aumento salarial. Eles defenderam a seguinte proposta: CR\$ 5.000,00 para serventes, CR\$ 8.000,00 para oficiais, CR\$ 12.000,00 para encarregados e CR\$ 20.000,00 para mestres-de-obras. Além disso, reivindicavam a correta anotação das carteiras de trabalho e a proibição de achatamento salarial quando da troca de emprego; aviso prévio de 30 dias, independentemente da forma de pagamento – semanal, quinzenal ou mensal². É interessante notar, no entanto, que os operários entrevistados apontaram só o reajuste salarial como única reivindicação do movimento. Osmir Venuto, ex-grevista e atual presidente do STIC-BH, por exemplo, comenta:

No momento da greve foi um momento de fome, na verdade, então a gente tava reivindicando salário. Nós tava reivindicando oito conto, oito cruzeiros por mês pra servente e doze pra oficial. O mestre de obra e o encarregado nunca se preocupou com isso porque é uma turma de puxa saco, nunca se preocupou com isso. Então nós queríamos oito conto pra servente e doze pra oficiais. E foi em cima disso que a gente bateu e a gente bateu sem direção nenhuma. (Entrevista ao autor. Jun.2004).

Sob os olhares de surpresa da população belo-horizontina e das autoridades, os grevistas transformaram a cidade de Belo Horizonte em palco de suas reivindicações por melhores condições de vida e trabalho. Nas passeatas e assembléias, manifestantes carregavam faixas e cartazes, que tinham, entre outras, as seguintes mensagens: “Queremos oito mil. Peão precisa de comida.” e “Basta de exploração”. O sindicato patronal, por sua vez, recusou a proposta dos trabalhadores.

No correr da semana grevista, trabalhadores e policiais militares entraram em conflito nas ruas centrais da cidade. Num dos conflitos entre eles, o operário Orocílio Martins Gonçalves foi morto ao receber um tiro dos policiais militares.

No penúltimo dia da greve, o tribunal regional do trabalho (TRT-MG), numa decisão surpreendente, considerou a greve dos operários legal, determinando o reajuste salarial e o pagamento dos dias parados. A sentença não atingiu completamente as reivindicações dos grevistas já que ela era consoante às estratégias dos patrões, que formularam suas contrapropostas visando provocar uma divisão no interior da categoria. “(...) o interesse em deixar clara a divisão fez com que as reivindicações dos encarregados e mestres fossem atendidas imediatamente, na sua totalidade, permanecendo a pendência com relação aos salários dos oficiais e serventes.”³

Uma assembléia no estádio do Atlético Mineiro avaliou a decisão do tribunal regional. Como aconteceu no dias anteriores, milhares de policiais estavam de prontidão na porta do estádio. Francisco Pizarro Neto, presidente do STIC-BH, dirigiu a assembléia que colocou em votação o fim da greve. De um lado, trabalhadores favoráveis ao prosseguimento da greve; do outro, aqueles que queriam o fim da paralisação. A assembléia decidiu o fim da greve. No entanto, após o fim da reunião, trabalhadores contrários e favoráveis à decisão se agrediram com paus, pedras e tijolos. Pizarro, que estava na tribuna do estádio, foi atingido no rosto por uma pedra.⁴ Aproximadamente, 150 operários reuniram-se no dia seguinte, no mesmo estádio, visando a manutenção da paralisação. Líderes de outras categorias também participaram da reunião. Apesar do empenho de uma parcela dos operários, o movimento grevista não teve continuidade. Um pouco mais de um mês depois da

paralisação, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) suspendeu a decisão do TRT-MG, atendendo o recurso do sindicato patronal.

MEMÓRIA, GREVE E SINDICATO.

No trabalho de campo que realizei na sede do STIC-BH, observei um quadro onde estavam afixadas fotografias acerca da paralisação de 1979. Acima delas, havia o título “Greve de 79”. O quadro estava exposto no salão central que recebeu o nome de Orocílio Martins Gonçalves, uma homenagem ao operário morto durante a greve. Conforme já mencionei, há no sindicato uma pasta que contém vários recortes de jornais e fotografias sobre a greve. Além disso, quando visitei a escola de alfabetização e qualificação profissional do sindicato, me deparei com um enorme quadro de Orocílio. A secretária me informou que a escola recebeu o nome do operário.

Nas entrevistas, a face mais afirmativa da identidade entre os operários entrevistados apareceu quando relataram sobre a importância da paralisação para a categoria da construção civil de Belo Horizonte. A afirmação de Zé Maria, atual diretor do Sindicato, por exemplo, é representativa da importância da paralisação contida nos relatos dos entrevistados.

A forma que foi a greve de 79 reflete até hoje, entende! Qualquer movimentozinho que nós fazemos, temos um aparato policial aí. Mas a greve em si foi boa (...). Essa greve tá marcada até hoje, deixou marcas até hoje... Que aquela greve ficou na história? Ficou. Apenas não teve comando. Isso nós reclamamos até hoje. Foi uma casa da mãe Joana. (Entrevista ao autor. Jun. 2004).

Dessa forma, acredito que as lembranças dos entrevistados sobre a greve de 1979 contribuem para a constituição de uma identidade entre esses indivíduos. Como observou Michael Pollak, “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade tanto individual quanto coletivo.”⁵ A memória, portanto, opera coletivamente no momento em que reforça a coesão dos grupos e delimita as fronteiras entre eles. Por outro lado, o autor comenta que tanto a memória quanto a identidade não são manifestações de alguma

essência da pessoa ou do grupo. Pelo contrário, elas são construídas socialmente, resultado de negociações e conflitos entre coletividades.

Afirmo acima que os entrevistados compartilham da mesma opinião sobre a parede de 1979. É importante assinalar, contudo, que aqueles que atualmente são dirigentes do STIC-BH recordaram o evento, enfatizando a ineficiência do então presidente Francisco Pizarro Neto na condução da paralisação. Pizarro comandou o Sindicato durante 23 anos (1965–1988). De acordo com os entrevistados, ele foi nomeado interventor no STIC-BH pela ditadura militar. Após a paralisação de 1979, um número significativo de operários se articulou visando constituir uma chapa de oposição à Pizarro, incluindo aí grande parte dos atuais dirigentes. Pizarro, contudo, foi reeleito por mais três mandatos até que, em 1988, a oposição invadiu e ocupou a sede da entidade. Osmir conta como foi:

Quando assumimos o Sindicato em 1988, nós ocupamos o Sindicato. Tinha 90 sócios. (...) Foi uma sorte que nós demos de ver aquele artigo oitavo da constituição⁶ e a gente não tinha conhecimento de nada. Então tinha um companheiro nosso que viu e disse que o Pizarro tá irregular lá. Vamos ocupar o sindicato. (...) Aí, quando foi 30 de outubro, 30 de novembro, nós retomamos o Sindicato, nós invadimos o Sindicato. Quem tava fora não entrava, quem tava dentro não saía. (...) Eu queria mudar o sindicato. (...) Aí, eu e um grupo de 180 companheiros reunidos ocupamos e ficamos aqui dentro e expulsamos ele (Pizarro) até nunca mais aparecer. (Entrevista ao autor. Jun. 2004).

Poder-se-ia dizer que a identificação dos discursos dos dirigentes foi constituída tendo na presidência de Pizarro um excelente contraponto. Segundo eles, o Sindicato não era atuante, não visitava os canteiros de obra, não explicava os índices de aumento e nem lutava por benefícios para a categoria. Nesse sentido, creio que o trabalho de memória desses entrevistados está delimitado pelos “quadros sociais da memória”, noção formulada pelo sociólogo francês Maurice Halbwachs, que pensava a memória como um fenômeno construído coletivamente e sujeito a transformações constantes⁷. Envolvidos pela veste de dirigentes da categoria da construção civil, eles recordam o seu passado grevista e a gestão que lhes antecedeu. Como apontei acima, a delimitação das diferenças entre as duas administrações, não raro, se dava no sentido de valorizar as práticas sindicais atuais. Antes, os operários não tinham acesso pleno às dependências da sede da entidade, não eram informados das negociações coletivas, não se aproximavam do presidente. Hoje, ao

contrário, o Sindicato é um órgão que visa a mobilização da categoria contra a exploração patronal e do Estado, a participação dos trabalhadores nas campanhas salariais é franqueada e os diretores visitam regularmente os canteiros de obras a fim de verificar alguma irregularidade⁸.

A greve deflagrada, a meu ver, cumpriria um papel importante no processo de mudanças assinaladas acima pelos entrevistados. Embora o movimento não tivesse efetivamente resultado em ganhos materiais para a categoria, ele permitiu, entre outros aspectos, a articulação entre os operários descontentes com a atuação do seu Sindicato, visando a construção de uma alternativa política àquela situação. A greve, portanto, colocou a importância da conquista da entidade sindical.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pôde acompanhar nesta breve exposição, as lembranças dos entrevistados sobre a paralisação deflagrada pela sua categoria em 1979 cumprem um papel importante: a construção de um sentimento de pertencimento entre os participantes da greve. Entretanto, o papel dessas lembranças parece não se restringir só aos ex-grevistas. Os ecos dessa memória, a meu ver, transcendem seus protagonistas, atingindo os trabalhadores da construção civil de Belo Horizonte de hoje. Norteados por esse projeto, atuais dirigentes do STIC-BH e os trabalhadores da construção civil, que têm em comum a participação na greve de 1979, ocupam o cargo de “historiadores orgânicos”⁹ da greve. Em outras palavras, os lugares, os episódios e os personagens, concernentes àquela greve, seriam organizados de acordo com o processo de “enquadramento da memória.”¹⁰ cuja finalidade é a constituição de traços identitários sólidos na categoria dos operários da construção civil da cidade de Belo Horizonte. Pretendo examinar mais detalhadamente essa hipótese no andamento da pesquisa.

NOTAS:

* Neste artigo, apresento os resultados preliminares da dissertação que desenvolvo para a linha de pesquisa Memória e Espaço do programa de mestrado Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Para a realização da pesquisa, recebo apoio financeiro da agência de fomento CAPES.

** Aluno do programa do mestrado Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

¹ Antunes, Ricardo. Crise e Poder. São Paulo, Ed. Cortez, 1986.

² Freitas, Marina Mônica de. A rebelião dos Pedreiros: um estudo sobre a grande greve dos operários da construção civil de Belo Horizonte no ano de 1979. Belo Horizonte, UFMG, 1993. (Monografia de fim de curso de graduação).

³ Furtado, Maria Piedade Alves. O operário da construção em construção. Belo Horizonte, UFMG, 1984, P. 99. (Dissertação de mestrado).

⁴ O fim da greve foi decidido e começou uma batalha no estádio. Estado de Minas, 04 de agosto de 1979.

⁵ Pollak, Michael. Memória e Identidade Social. In: Estudos Históricos, nº 10, Rio de Janeiro, CPDOC, 1992, P. 204.

⁶ O artigo 8º a que se refere o entrevistado integra a constituição brasileira do ano de 1988. Ele coloca fim no controle do poder público sobre as organizações sindicais.

⁷ Halbwachs, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo, Ed. Vértice, 1990.

⁸ São ilustrativas para o que mencionei acima os seguintes títulos do informativo do STIC-BH (Marreta): “Assembléia aprova assinatura do acordo coletivo 2003/2004”; “Patrão canalha nega aumento aos trabalhadores”; “Governo LULA-FMI não mudou e nem vai mudar!”. Apud. Marreta, 25/11/2003 e 17/12/2003.

⁹ Pollak, Michael. Op. Cit. P. 206.

¹⁰ Idem, ibidem.